

Estigma e políticas públicas no cotidiano de usuárias de drogas em situação de rua

DOI: Em atribuição

Marina Freitas¹, Fernando Paiva¹, Joelma Santos¹

Resumo: Este artigo busca analisar o processo de estigmatização de mulheres usuárias de drogas que estão em situação de rua num município de médio porte de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada no contexto da rua e a partir de inserção e observação participante, sendo realizadas entrevistas em profundidade com três mulheres pelo método de história de vida, visando ao entendimento das suas experiências em meio ao processo de estigmatização vivenciado por elas em seu cotidiano. A violência de gênero nas ruas, o consumo de álcool e outras drogas, bem como as relações com profissionais que trabalham no âmbito das políticas públicas, foram os principais aspectos abordados. Assim, reafirma-se a necessidade e a urgência de que as ações de proteção social deste público sejam mais qualificadas e busquem desconstruir estigmas, pela reestruturação das políticas públicas na área e pelo crescente debate acerca das opressões relacionadas à pobreza e ao gênero.

PALAVRAS-CHAVE: discriminação; gênero; estigma; drogas; situação de rua.

Stigma and public policies in the daily life of homeless drug users

Abstract: This article seeks to analyze the process of stigmatization of women drug users who are on the streets in a medium-sized city of Minas Gerais. The research was conducted in the context of the street and from the insertion and participant observation, being held in-depth interviews with three women by the method of life history, aiming to understand their experiences amid the process of stigmatization experienced by them in their daily lives. The gender violence on the streets, the consumption of alcohol and other drugs, as well as the relationships with professionals who work in the field of public policies, were the main aspects approached. Thus, it reaffirms the need and urgency that the actions of social protection of this public are more qualified and seek to

¹ Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

deconstruct stigmas, by restructuring public policies in the area and by the growing debate about the oppressions related to poverty and gender.

KEY WORDS: discrimination; gender; stigma; drugs; street situation.

Introdução

Segundo dados do IBGE (2021) e seguindo critérios internacionais de análise, o Brasil tinha, em 2020, 24,1% da sua população ou aproximadamente 50 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza. Além dessas, 5,7% da população, em 2020, podia ser considerada extremamente pobre, o equivalente a cerca de 12 milhões de pessoas, que não possuíam rendimentos suficientes para a manutenção da própria subsistência (IBGE, 2021). Neste contexto, encontram-se as pessoas vivendo em situação de rua. Oficialmente, o Brasil não realiza uma

contagem, em âmbito nacional, de pessoas vivendo em situação de rua, mas estudo desenvolvido por Natalino (2020), estimou que, em março de 2020, aproximadamente 221 mil pessoas estavam nessa condição, o que indica um expressivo aumento (14,0%) dessa população ao longo de todo o período analisado (desde setembro de 2012).

De acordo com o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, compreende-se esta parcela da população como sendo um grupo heterogêneo e

caracterizado por pobreza extrema, por fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares, e por inexistência de moradia convencional regular, o que faz com que essas pessoas utilizem, de forma temporária ou permanente, áreas públicas como espaço de moradia e de sustento, além de unidades de acolhimento para pernoite ou moradia provisória. Estar em situação de rua é algo que resulta de complexos processos históricos e multicausais (Gehlen, Schuch, Virginio, Pimenta & Meirelles, 2017) e que se apresenta como uma das expressões cotidianas da grande desigualdade social existente no país, requerendo necessárias análises que possibilitem a compreensão dos motivos que direcionam e mantêm as pessoas nesta condição (Esmeraldo Filho & Ximenes, 2021). Essa população é constituída por sujeitos que, por diferentes razões, não possuem recursos financeiros para satisfazerem suas necessidades básicas, como alimentação,

moradia e saúde, o que constitui, por si só, uma violação de direitos sociais. Com isso, estas pessoas estão expostas a diferentes fatores de vulnerabilização, vivendo, geralmente, sob uma condição de invisibilidade social e sendo percebidos apenas quando causam algum incômodo ou constrangimento para as classes dominantes (Nonato & Raiol, 2016).

Pimenta (2019) assinala que a vulnerabilização e a experiência de discriminação afetam o corpo, a identidade e a percepção de mundo das pessoas em situação de rua, despertando sentimentos de medo e insegurança, que as colocam em constante estado de alerta e tensão. Conforme estudo desenvolvido por Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro & Fiorott (2020), predomina, na sociedade em geral, uma imagem estereotipada da pessoa em situação de rua, que é vista como ameaçadora, drogada e suja. O modo como essa população é percebida influencia

os discursos produzidos e reproduzidos (pela mídia, pelo senso comum) acerca da vulnerabilização social da situação de rua, inviabilizando a compreensão dos processos que levam a essa condição e fazendo com que essas pessoas ocupem um lugar de subalternidade. A falta de reconhecimento dos direitos dessa população é provocada, muitas vezes, pela culpabilização destas pessoas, a quem a sociedade responsabiliza pelas próprias condições em que se encontram, exigindo, conseqüentemente, que elas consigam, por si mesmas, os meios que as possibilitem sair das ruas (Pinheiro & Possas, 2018).

A despeito do grau de complexidade do fenômeno, é possível salientar alguns aspectos que podem estar articulados à vida nas ruas, como ruptura de vínculos familiares, desemprego, consumo de drogas, diversas formas de violência e problemas de saúde física e mental. Estar em situação de rua

também expõe essas pessoas à adversidade das condições climáticas, a locais inapropriados para alimentação, higiene e sono, bem como a contextos de violência e a relações sociais baseadas em preconceito e estigmatização. O termo estigma, adotado ao longo do artigo, refere-se, conforme Goffman (2008), a uma desqualificação de determinados indivíduos frente à sociedade, em razão de características que os diferenciam dos demais. Isso porque a sociedade institui padrões e normas implícitas que categorizam as pessoas, elegendo alguns atributos como esperados e “naturais”, os quais acabam se tornando expectativas normativas que deveriam ser atendidas por todas as pessoas. Assim, quando um indivíduo apresenta uma característica ou uma marca que o diferencia dos demais, ele deixa de ser (ou nem consegue ser) considerado uma pessoa comum, sendo visto como uma pessoa diminuída e depreciada diante das demais

(Goffman, 2008). Entende-se que viver em situação de rua é um atributo que desqualifica as pessoas na sociedade, ou seja, as estigmatiza, num reflexo dos conflitos derivados das relações de poder entre os diversos grupos sociais e suas distintas formas de ocupação dos espaços urbanos (Pimenta, 2019).

Nesse contexto, existem diferenças marcantes no impacto de se viver na rua, sendo homem ou mulher, em função da sociedade sexista e da relação de poder desigual entre gêneros (Rosa & Brêtas, 2015; Souza, Oliveira, Chagas & Carvalho, 2016). A utilização do termo gênero realça um conjunto de relações que pode incluir sexo, mas que não é determinado por este, visto que é uma categoria que se refere também às questões de identidade e subjetividade, que são construídas tendo como parâmetro um determinado modelo de sociedade com padrões

delimitados do que seja masculino e feminino (Cortina, 2015).

Assim, tanto o processo de identificação com características masculinas ou femininas, quanto a maior ou menor interiorização de características depreciativas (estigma), além de vários outros fatores, vão configurando a identidade das pessoas. As mulheres que se encontram em situação de rua, embora constituam minoria (MDS, 2009) entre a população nesta condição, têm que lidar com situações tais como maternidade, violência física e psicológica, suscetibilidade a abusos sexuais, que compõem um quadro de estigmas e discriminações recorrentes, que afetam a produção de suas subjetividades (Lopes, Borba & Reis, 2003). A falta de infraestrutura na rua para atender às necessidades básicas, como as relacionadas à higiene durante o período menstrual, por exemplo, constitui outro aspecto que precariza a vivência dessas mulheres (Biscotto, Jesus,

Silva, Oliveira e Merighi, 2016). A pobreza que caracteriza esse contexto impõe condições insalubres para a sobrevivência e uma maior suscetibilidade a doenças crônicas ou mentais, marcando, de maneira diferenciada, os seus modos de vida, o que deve ser considerado pelos serviços públicos que visam atendê-las e garantir seus direitos sociais (Coldibeli, Paiva & Batista, 2021).

Além disso, o consumo de álcool e de outras drogas constitui uma complexa questão psicossocial, ao acentuar a condição de vulnerabilização em que pessoas em situação de rua estão inseridas. Se por um lado, o uso destas substâncias constitui uma maneira de amenizar a fome e o frio, ou mesmo uma forma de socialização entre integrantes dos grupos (Spadoni et al., 2017), o abuso é um fator que incide diretamente na potencialidade de autonomia destes sujeitos, tendo em vista os problemas psicossociais e orgânicos que

pode acarretar. Uma pesquisa coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e financiada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) identificou que a maioria (63,8%) das mulheres usuárias de crack e/ou similares, no Brasil, também relata fazer uso de álcool e quase metade delas (45,66%) estava em situação de rua, na ocasião de realização do estudo (Jalil, Bastos & Bertoni, 2014). Embora o consumo de drogas seja uma prática observada ao longo da história, é no contexto de rua que o uso considerado abusivo tem adquirido dimensões mais graves, sendo tomado como um tema de saúde pública e de justiça (Raupp & Adorno, 2011). Esta questão está comumente associada a processos sociais de desigualdade, pobreza, estigmatização e criminalidade, requerendo, portanto, intervenções psicossociais.

Assim, faz-se necessário um olhar atento de diversas áreas do conhecimento, que possam

contribuir com aportes teóricos e metodológicos para uma aproximação das singularidades que permeiam a vivência na rua, visando à atenção e à produção de cuidado junto a essas pessoas (Esmeraldo Filho et al., 2021). Num contexto de vulnerabilização, em que as condições de desigualdade de poder tornam alguns grupos sociais mais suscetíveis a outros, reforça-se, portanto, a necessidade de políticas públicas efetivas que busquem promover autonomia e cidadania, pelo acesso a direitos sociais, como educação,

saúde, alimentação, trabalho, moradia, proteção à maternidade e assistência aos desamparados, os quais deveriam ser assegurados, como consta no art. 6º da Constituição Federal (1988).

A partir do exposto, o presente artigo busca analisar e refletir sobre o processo de estigmatização vivenciado por mulheres usuárias de drogas, que estão em situação de rua na realidade de um município de médio porte do interior de Minas Gerais.

Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa no que se refere à delimitação do objeto de estudo e à relação entre pesquisador e pesquisado no processo de construção da pesquisa (Minayo, 2016). O estudo contou com a participação de três

mulheres, que viviam em situação de rua e tinham histórico de uso de álcool e/ou outras drogas. Com o intuito de preservar suas identidades, elas serão chamadas por nomes fictícios: Joana (37 anos, 11 anos em situação de rua), Beth (42

anos, seis em situação de rua) e Sílvia (33 anos, quatro anos em situação de rua). A pesquisa foi realizada no contexto de rua e, como critério para participação, era necessário que elas apresentassem condições cognitivas e psicossociais para realizar as entrevistas.

Neste estudo, optou-se pela abordagem de História de Vida como estratégia metodológica de acesso às experiências vivenciadas pelas mulheres pesquisadas. Trata-se de um recurso de investigação que integra uma perspectiva biográfica e um determinado contexto social, histórico, cultural, institucional e político, capaz de expressar possíveis conexões entre as biografias individuais e as condições sociais nas quais elas estão inseridas. De acordo com Rosenthal (2020), narrativas biográficas revelam tanto acerca do presente de quem narra quanto acerca do seu passado e da sua perspectiva em relação ao futuro. Esta forma de abordagem busca possibilitar o

entendimento do contexto vivido para além das informações dominantes, valendo-se dos relatos dos sujeitos envolvidos na investigação e permitindo a ressignificação, para si e/ou para outras pessoas, de acontecimentos objetivos e impactos subjetivos.

Para atendimento à população de rua, existem, em municípios de porte maior, Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop). No município em que a pesquisa foi realizada, como não havia Centro Pop, foi feito contato com a equipe de profissionais do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), o qual possui o Serviço Especializado em Abordagem Social, responsável pelo trabalho direto com a população em situação de rua. Conforme a Resolução nº 109/2009, este Serviço busca construir processos de saída das ruas e possibilitar condições de acesso destas pessoas à rede de serviços e a

benefícios assistenciais, entre outros objetivos.

Na primeira parte da pesquisa, foi feito o acompanhamento das atividades de abordagem social durante oito meses antes da realização das entrevistas, no intuito de assegurar apoio e facilitar a aproximação junto a esta população. Assim, foram realizadas observações participantes em cenários de consumo de álcool e/ou outras drogas, o que possibilitou compreender o universo do grupo estudado, favorecendo a identificação das informantes-chave da investigação (Fernandes & Moreira, 2013).

No tocante às entrevistas, foram elaboradas algumas questões, com base na literatura da área, a fim de levantar possíveis temas a serem abordados. Para análise das entrevistas, foi adotada a análise de conteúdo do tipo temática (Gomes, 2016), sendo as categorias analíticas definidas a priori e a posteriori da realização da pesquisa de campo. Durante o processo de análise do material construído no decorrer da pesquisa, os dados foram interpretados em referência à literatura pertinente ao campo de estudo.

Resultados e discussão

Com base na análise do conteúdo das entrevistas realizadas com as três participantes, foram construídos temas comuns que refletiam aspectos individuais e coletivos da relação que elas

estabeleciam entre as experiências com o uso de drogas e a vivência em situação de rua. Foram identificados os principais eixos de análise, sendo definidas, então, as seguintes categorias: 1) Gênero

e violência no cotidiano das ruas; 2) Estigma e drogas na vida das mulheres em situação de rua; 3) A

ação nas políticas públicas e os desafios do cuidado.

Gênero e violência no cotidiano das ruas

A forma como são percebidas as relações de gênero no contexto das ruas constituiu uma experiência muito importante a partir das narrativas das entrevistadas, principalmente no que se refere à suscetibilidade às inúmeras formas de violência. De modo geral, entende-se que determinados grupos sociais se encontram em relações de subordinação – mulheres, pessoas negras, homossexuais, etc. – e constituem uma identidade antagônica ao imaginário social hegemônico, fazendo com que sejam subalternizados diante do enfrentamento das

diferenças pelas relações de dominação (Costa, 2014). Segundo Scott (2016), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder, ou seja, num campo em que o poder é articulado, estrutura-se a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social.

A articulação entre as condições de gênero e de rua faz com que as mulheres estejam submetidas a diversas opressões e violações de

direitos historicamente vinculadas ao papel socialmente atribuído à mulher e às pessoas em situação de rua, o que se torna mais evidente pelos vários tipos de violência perpetrados contra elas (Coldibeli, Paiva & Batista, 2021). Conforme estudo de Sanchotene, Antoni e Munhós (2019), a exposição e o desamparo diante da violência são questões cotidianas e frequentes para as mulheres em situação de rua e podem ocorrer na relação com cônjuges, ex-companheiros, pessoas desconhecidas e, até mesmo, instituições protetivas, como a polícia. A situação de rua, por si só, configura um universo bastante masculinizado e ser mulher, neste contexto, acarreta não apenas lidar com as especificidades desse papel social atribuído a ela, mas também com fatores estressores que a colocam num processo de vulnerabilização ainda mais intenso. Diante da pergunta sobre a diferença entre ser uma mulher em situação de rua e

um homem na mesma condição, uma das pesquisadas respondeu:

É bem difícil, né. É muito difícil. Igual, eu tinha um namorado... ele tá preso. E assim, era agressão, essas coisas assim. A gente que é mulher, a gente não aguenta. A gente não aguenta. Eu já tomei facada, já tomei garrafada, já tomei paulada...

[...] A gente que é mulher e mora na rua, a gente é muito discriminada. É cada coisa que você ouve... Cada... sabe? Eu, tem hora que finjo que não escuto. Eu saindo andando. Saio andando porque se eu for bater boca, vai ter discussão. Então, melhor deixar pra lá do que... (Joana).

Nesta fala, podem ser identificadas circunstâncias em que a entrevista foi ou se sentiu subjugada pelo fato de ser mulher. Assim, o gênero age como elemento de organização da igualdade e da desigualdade, sendo a apreensão destas relações uma forma de possibilitar novos entendimentos sobre a questão da opressão social.

Além das agressões verbais, as agressões físicas e sexuais mostram-se muito comuns no cotidiano das ruas. Souza et al. (2016) observaram, em entrevistas com mulheres usuárias de drogas (algumas em situação de rua), que suas trajetórias de vida eram marcadas por situações de violência, seja durante a infância, quando vivenciavam agressões contra suas mães ou contra elas mesmas, seja na idade adulta. Este tipo de violência demarca uma relação desigual, numa posição de supremacia masculina que assim demonstraria posse sobre as mulheres, tomando-as objeto de pertencimento submetido às suas vontades e refletindo questões de gênero socialmente produzidas e reproduzidas (Souza et al., 2016). Ferreira e Soares (2020) assinalam, em estudo empírico, que a violência física contra mulheres em situação de rua se mostrava uma prática banalizada, como se elas já esperassem a ocorrência de atos violentos na relação com os

homens. A suscetibilidade das mulheres à violência (de diversas ordens) esteve presente nas falas das entrevistadas, conforme relatos a seguir:

Sofre. Sofre demais. Não só tanto assim... Igual, eu ando de madrugada. Tem outras meninas que andam de madrugada. Uma vez, estava eu e uma colega minha, um moço ofereceu carona pra gente. Eu falei "Vamos". Quando chegou ali, perto da [nome do local], ele agarrou no meu braço, queria arrancar minha roupa. Eu peguei e falei assim: "Ou você para esse carro ou eu pulo.". Aí minha amiga já abriu a porta de trás e falou: "Eu vou embora com você também.". Aí ele parou, a gente desceu do carro, eu fui e liguei pra polícia. Aí eles pegaram ele aqui na [nome da rua], aqui ó (Joana).

Chega nova lá, né. Já vai querendo. Tem 'uns rapaz' que já gosta de pegar 'as mulher' tudo de droga... Vê que já é drogada né, já dá droga pra ficar com a mulher... Têm muitas que é, a [conhecida] é uma tadinha. Que

vira e mexe eles pega ela, dá droga ela, deixa a menina pelada andando na rua. Isso eu acho uma covardia (Sílvia).

Rosa e Brêtas (2015) consideram que o uso de crack por mulheres em situação de rua torna este grupo mais vulnerável e exposto a diversos tipos de violência, visto que elas não apresentam problemas apenas decorrentes da utilização da droga, mas, principalmente, por serem alvos de discriminação e intolerância social. As diversas formas de violência constituem apenas uma das faces da desigualdade de gênero,

que coloca as mulheres em situação de rua em condições de maior vulnerabilização do que os homens nas mesmas circunstâncias. Por isso, a elaboração de estratégias de proteção social para mulheres em situação de rua exige que se considere as especificidades que tecem as construções de gênero, tanto no que se refere às questões sociais relacionadas aos papéis femininos e masculinos, quanto aos aspectos raciais, geracionais e socioeconômicos, os quais demarcam relações de poder que permeiam as interações sociais (Souza et al., 2016).

Estigma e drogas na vida das mulheres em situação de rua

Um tema também bastante presente nas entrevistas foi o estigma, atrelado, principalmente, a baixas condições econômicas. Nesse sentido, segundo

Pizzio (2009) a pobreza não está relacionada apenas ao fato de não possuir, mas a um status específico que torna o indivíduo inferior e desvalorizado perante a

sociedade. As entrevistadas mencionaram alguns acontecimentos pessoais que exemplificam essas experiências:

Ah, muita humilhação, né? Tem gente que ainda fala da gente, humilha... Tem uns que ajuda, mas tem uns que humilha muito, muito. A maioria humilha. [...] Às vezes, vê os outros ajudando a gente, aí que eles acha ruim. Fala que aí a gente nunca sai da rua, que enquanto os outros ajudar, não sai (Sílvia).

Mas tem uns que discriminam sim. Acha que é melhor. Igual eu falei, eu falei assim: gente, como é que pode ter tantas pessoas preconceituosas? Já aconteceu muita coisa comigo. Teve um dia que eu sentada ali, aí a moça pegou e... eu conversando com a moça... aí passou outra lá... e eu pedi ela uma moeda. Aí, a moça falou assim: “Você não tem vergonha não?”. E eu fiquei com muita vergonha. “Você pode arrumar um serviço!”. Eu posso sim, eu posso sim. E começou a gritar comigo, sabe? (Johana).

A estigmatização atrelada ao papel social de “vagabundo” pode, como salientam Moura Júnior e Ximenes (2016), enfraquecer a capacidade de enfrentamento das pessoas em situação de rua/pobreza, além de estar associado à ordem capitalista e neoliberal, que considera a pobreza como uma forma de manter o status quo. As entrevistadas, em seus relatos, destacaram diversas formas pelas quais o estigma é percebido na relação com outras pessoas, as quais agem com o objetivo específico de ofender e de rebaixar a mulher em situação de rua, fazendo referência ao sentimento de vergonha ou humilhando-a por não trabalhar. Além da negação a pedidos de ajuda ou o incômodo que alguns indivíduos manifestam em ver pessoas em situação de rua sendo ajudadas, questões relacionadas à aparência e a possibilidades de higiene contribuem para que essa população se sinta diminuída socialmente, como pode ser ilustrado pelo relato a seguir:

É muito discriminado. Muito discriminado. Às vezes a pessoa quer te ajudar. Mas eu vejo assim, por exemplo, todo mundo aqui. Eu tô aqui trabalhando, eles não dá muito valor no meu serviço. Já acham que eu tô aqui, tudo de novo, que tá tudo... que já tão bebendo [...]. Pra você, você é uma mendiga, você pode ser uma maconeira, você pode ser uma bebum. Existe todo tipo de preconceito. Se você não toma banho eles já discriminam. Falam: “ah, que o lugar tá com mau cheiro.”

Ao invés de tentar te dar aquela força deixam você baixo-astral. Aí é que a pessoa desespera mais. Porque eu já cansei de escutar isso. Tinha dia que eu saía com meu cabelo, tava lá em cima. Meu cabelo era grandão mesmo. Nem pentear eu não penteava, que ficava tudo enrolado. Às vezes, eu chegava assim num bar: “Moço, não tem um cigarro pra mim não? Tô pedindo mesmo, pra me dar um dinheirinho”. Daí, da porta pra fora (Beth).

Moura Júnior e Ximenes (2016) assinalam que a pessoa em situação de rua, por vivenciar condições de extrema pobreza e, conseqüentemente, de opressão, está inserida numa perspectiva histórica em que seu reconhecimento social se deu de maneira depreciativa, ocasionando danos sobre a sua própria vida e favorecendo uma constituição identitária baseada em valores e crenças de inferioridade, que podem, por exemplo, limitar o seu modo de viver a um papel social de conformidade e/ou de culpa pela própria situação. Tem-se, dessa forma, a negação das identidades como metamorfoses, visto que elas passam a serem vistas como formas cristalizadas de reconhecimento do indivíduo, depreciando suas potencialidades e enfraquecendo suas possibilidades de mudança (Moura Júnior & Ximenes, 2016). Segundo Goffman (2008), a identidade (aquilo que a pessoa nomeia como sendo “si mesma”) é fruto de um processo de atribuição

e assunção de características, papéis, formas de ser etc. O processo de estigmatização envolve, então, a atribuição de uma identidade estigmatizada para o sujeito (de acordo com aquilo que a sociedade espera que ele seja) e uma maior ou menor assunção dessa atribuição por parte desse mesmo sujeito (Goffman, 2008). Conforme estudo de Pimenta (2019), a discriminação por estar na rua é um dos principais aspectos negativos dessa experiência, o que se reflete na sensação de se estar vulnerável à violência, que além de física, pode ser simbólica, manifestada na rotulação dessas pessoas como “suspeitas” ou prováveis criminosas, no tratamento hostil ou com desconfiança, na adoção de estratégias veladas ou explícitas de invisibilização, e no cerceamento ou mesmo na expulsão de pessoas em situação de rua de certas situações e locais.

Nesse contexto, as vivências de discriminação de gênero e de

preconceito pelo uso de álcool e outras drogas, não podem, sob nenhuma hipótese, serem vistas de forma isolada, uma vez que são, então, agravadas pela situação de rua. Nesta investigação, como pode ser percebido pelas falas das pesquisadas, muitas delas se encontravam em situação de rua antes de fazerem uso abusivo de drogas, isto é, esse consumo não era a razão pela qual elas estavam nas ruas, mas, conforme discutido por Vallim, Zaluar e Sampaio (2015), as condições sociais, familiares, culturais e econômicas dessas pessoas acabaram levando-as para esta situação:

Eu passei a beber também quando eu vim pra cá, né? Depois de dois anos. Eu não bebia não. Foi um momento de família mesmo em que eu entrei em desespero. Porque lá na minha terra, eu não bebia (Beth).

Ah, eu briguei com a minha mãe, saí de casa e decidi. Falei com ela: vou

morar na rua. Aí eu saí de [cidade vizinha] e vim pra cá. Foi isso que aconteceu. Aí vim pra rua, comecei a usar droga [crack], aí que eu fui sabe... ficando assim (Joana).

Revisão de literatura, realizada por Mendes, Ronzani e Paiva (2019), identificou que o uso de drogas aparecia tanto como causa (associada à vulnerabilização familiar, em relação à renda, falta de afeto, maus tratos físicos) quanto à consequência da vivência nas ruas, como possibilidade de maior interação social e como uma maneira de cumprir as exigências de pertencimento e sociabilidade dos centros urbanos.

Para Rossi e Tussi (2020), estar em situação de rua e fazer uso de drogas resulta em um estigma duplo, que amplia o sofrimento produzido pela discriminação e constitui-se um dos maiores desafios para a efetiva inserção social dessa população. Silva, Olschowsky, Wetzel, Silva &

Pavani (2020) consideram ainda a existência de uma cultura do uso de drogas nas ruas, a qual reflete um estilo de vida individual, mas principalmente coletivo, que possibilita a construção de relações e de identidades de resistência aos estigmas. Dessa forma, entende-se que a confluência destes aspectos evidencia a necessidade de uma concepção humanizada de produção de cuidado e proteção social, que possa, de fato, chegar até essas pessoas, estabelecendo vínculos e relações de confiança, numa perspectiva que considere as inúmeras dificuldades impostas pela situação de rua. Nesse sentido, é necessário analisar o consumo de álcool e outras drogas em relação ao sujeito e ao meio no qual tal prática se inscreve, bem como as múltiplas questões que o permeiam, como o gênero.

A ação nas políticas públicas e os desafios do cuidado

Dentre as políticas públicas que atendem a população em situação de rua, destaca-se a assistência social que, conforme a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), deve ser regida pelo predomínio do atendimento às demandas sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, pela universalização dos direitos sociais, pelo direito de acesso a um atendimento igualitário e pelo respeito à dignidade e à autonomia das pessoas, entre outros princípios. Entretanto, num contexto neoliberal em que as políticas sociais encontram muitas barreiras para se sobressair sobre as políticas econômicas (que enfatizam o retorno financeiro e não a relevância social) tem-se uma intensificação das desigualdades sociais e uma

ampliação do cenário de exclusão social (Saadallah, 2007).

A população em situação de rua tem sido um público frequentemente negligenciado pelo poder público, no que se refere não apenas ao acesso a seus direitos sociais garantidos constitucionalmente, mas também no fomento a possibilidades de (re)construção de sua dignidade, autonomia e cidadania. Durante as entrevistas, diferentes aspectos das ações de assistência social foram ressaltados, denotando concepções divergentes sobre o que, realmente, os profissionais que atuam com esta política pública representam para as pessoas em situação de rua. Assim, tem-se, por um lado, percepções que denotam ações que

ocorreriam, em grande parte, por benevolência desses profissionais, mais do que pela garantia de direitos básicos:

Essa assistência social ajuda muito o povo. Eles aí... Não tem nem como falar. Eles tiram o coração deles pra dar pra gente. Tem uns que respeita, tem uns que eles põem pra internar, depois volta. Então quer dizer, já não é culpa deles. A primeira atenção que eles dão aqui é pro pessoal da rua.

[...] Mas sempre toda atenção que eu precisei da assistência, qualquer coisa, eles nunca me negaram nada. Todo o serviço da assistência que eu pedi, eu fui atendida. Todos. Do meu lado né? Todos. Eles nunca me negaram uma palavra não. Se tivesse não, eles falavam: “deixa que outro dia eu vou resolver.” Pra mim tudo foi resolvido. Eles, eu não tenho nada o que falar (Beth).

Assim, podiam arrumar uns psicólogos pra conversar com a gente, sabe? Ter assim, tipo na... ali... uma reunião

com todos os moradores, dando palestra, fazendo essas coisas (Joana).

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, constituiu uma forma de romper com práticas assistencialistas muito arraigadas na cultura brasileira, em prol de ações que buscassem emancipar pessoas e famílias, sendo o fortalecimento dos vínculos sociais um dos pilares de estruturação dos serviços socioassistenciais ofertados (Monnerat & Gama, 2018). No entanto, o que se nota, pela fala das entrevistadas, é que alguns profissionais que atuam com esta política são percebidos como aqueles que irão interná-las em clínicas para tratamento do uso prejudicial de drogas, visando à abstinência. Para Rossi e Tussi (2020), o encaminhamento para clínicas de tratamento poderia, à primeira vista, remeter a um caráter de proteção e cuidado de saúde, mas se sus-tenta, na verdade, em observações

leigas, de cunho midiático e derivadas de um senso comum.

O impacto dos estigmas nas interações também pode marcar a relação entre as pessoas atendidas e os profissionais que trabalham com políticas públicas, visto que, como a sociedade é estruturalmente preconceituosa, isso se reflete em processos de socialização que favorecem (mesmo que implicitamente) a discriminação de certos grupos sociais. Além disso, muitos profissionais não tiveram, ao longo de seus processos formativos, a oportunidade de desconstruir determinados preconceitos. Nesse sentido, os relatos a seguir exemplificam a reprodução de violências e estigmas por parte dos profissionais que trabalham com políticas públicas:

Ah, eu corria deles! (Risos). Eu corria, eu não podia ver eles. Eu não gostava deles de jeito nenhum... Não gostava não. Eu xingava até! E assim, por eles, eles respeitam a gente e a gente tem

que respeitar eles também, né? Porque eles tentam ajudar a gente, tem hora que a gente mesmo não quer ajuda. [...] Eles queriam dar passagem pra gente sair de [cidade em que a pesquisa foi realizada], entendeu? Mas nunca perguntou o que eu queria... (Joana).

Dar uma melhorada, né. Continuar ajudando assim 'os pessoal'. Igualzinho eu tava conversando com o [colega]. Porque eu tava falando com o [colega] que, se caso tirar o [pessoa em situação de rua] dali, 'os morador' de rua vão sofrer. Quem mais ajuda é ele, vocês... Porque tem uns que nem vai ali, faz visita. Eles vai. Vocês vai lá, conversa... Se tirar o [pessoa em situação de rua] dali, nossa, ninguém vai ter ajuda não. Eles vai querer tirar todo mundo dali e mandar pra fora ainda. Jogar 'nessas cidade' que nem conhece e cidade fora daqui é perigosa. Eu tive em [cidade próxima de porte maior] eu vi: [...] é um perigo. É nego batendo nos outros, é apanhando... (Sílvia).

As ações de encaminhamento de pessoas em situação de rua para outros municípios parecem ser muito mais pautadas por uma perspectiva higienista que visa à remoção daqueles que são considerados problemas sociais do que na perspectiva de (re)construção de vínculos, lógica que permeia a política pública de assistência social e deveria também perpassar as práticas profissionais. As entrevistadas não relataram tentativas de contato com familiares ou de articulação com a rede socioassistencial dos municípios para os quais os profissionais buscavam encaminhar os atendidos que estavam em situação de rua, o que constituiria uma ação mais condizente com os princípios do SUAS. Rodrigues, Lima e Holanda (2018) assinalam que a reprodução de estigmas por parte de profissionais que atuam com políticas de cuidado a essa população revela fragilidades dos serviços, ao dificultar o acesso a direitos, como a saúde, e demonstrar a relevância

de uma formação profissional que considere os impactos das intervenções sobre a percepção que os usuários dos serviços têm de si. Os autores também ressaltam a necessidade de investimentos em políticas públicas de qualidade que permitam o desenvolvimento das potencialidades das pessoas em situação de rua, possibilitando modos de esses sujeitos se reconhecerem em outros papéis sociais e construindo possibilidades de emancipação diante das situações de opressão vivenciadas.

Como Pinheiro e Possas (2018) assinalam, o trabalho com pessoas em situação de rua é complexo e pode requerer que a equipe profissional tenha que lidar com demandas que vão além de suas atuações prescritas, exigindo ainda, que se ultrapasse estigmas e discriminações presentes nos discursos que buscam naturalizar e legitimar o sofrimento vivido por elas. Por isso, discutir processos de estigmatização e

vulnerabilização é relevante ao possibilitar maior atenção às práticas profissionais, de modo que não sejam adotados processos de interação que contribuam para a

ampliação da discriminação e, conseqüentemente, da vulnerabilização social.

Considerações finais

Os eixos de análise, apresentados ao longo deste artigo, não podem ser compreendidos de forma isolada já que os três fatores aos quais essa pesquisa se dedica – gênero, álcool/drogas e políticas públicas voltadas as pessoas em situação de rua – estão intrinsecamente relacionados, determinando, até mesmo, o processo de escolha das entrevistadas que participaram do estudo. O que se pretendeu com a discussão promovida foi demarcar a influência mútua entre características individuais (embora construídas socialmente, como gênero), consumo de drogas e

fatores contextuais, como a situação de extrema pobreza que marca a vivência nas ruas. Esta sobreposição de opressões deve sempre ser considerada ao se lidar com esta população específica, o que requer uma atuação profissional atenta às necessidades destas mulheres, a fim de que estigmas não sejam reproduzidos por aqueles que deveriam atuar para a sua desconstrução. Pretendeu-se ainda, neste artigo, demonstrar a impossibilidade de se traçar relações lineares de causa e efeito e discutir a necessidade de se adotar uma perspectiva ampla de análise

que contemple aspectos anteriores às vivências nas ruas, a fim de compreendê-las melhor.

É fundamental, portanto, que os profissionais que trabalham diretamente com esta população sejam qualificados, a fim de que os processos de atenção e proteção social ultrapassem objetivos puramente higienistas e passem a ser permeados por um olhar que considere as diversas formas de violência institucional e simbólica que contribuem para a reprodução de desigualdades e para a vulnerabilização desta população. Tendo em vista o impacto que a estigmatização tem na forma como essas mulheres são abordadas por alguns profissionais que colocam as políticas públicas em prática, faz-se necessário pensar em estratégias de qualificação, como capacitações com informações fundamentadas sobre discriminação de gênero, álcool/drogas e outros fatores associados. Além disso, é necessário que as equipes

sejam conhecedoras de recursos que viabilizem a formação de vínculos, para que a atuação profissional seja, de fato, pautada pela articulação intersetorial e pela apreensão das vivências humanas numa perspectiva mais integral.

Considera-se que existe uma relação conflitante entre as histórias de vida, que são únicas, e a identidade social das pessoas em situação de rua, embora seja possível perceber uma estreita relação entre a identidade pessoal real e a identidade social virtual das entrevistadas. O processo de construção desta pesquisa permitiu que se apreendesse, a partir da história de vida das mulheres entrevistadas, questões sociais amplas, assim como processos reiterados de exclusão, com características urbanas, mas que podem ser distintas das experiências dos grandes centros. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de mais estudos que permitam estabelecer comparações entre as

formas de abordagem a esta população, considerando aspectos locais e a fim de que se construam ações mais específicas aos territórios.

Como limitações deste estudo, assinala-se que não foi realizada a articulação e refinamento da análise dos dados da pesquisa com outros marcadores sociais (como raça/cor e orientação sexual). Conforme destacado em outros estudos, a sobreposição de marcadores e, conseqüentemente, de opressões sociais tem impacto sobre experiências individuais, processos de estigmatização, relações em sociedade e demais âmbitos da vida cotidiana (Collins & Bilge, 2020). Essa sobreposição impõe a estas mulheres uma condição de subcidadania, num Estado que nega e/ou dificulta o exercício de direitos fundamentais, o que poderia ser atenuado pela construção de políticas públicas eficientes, não apenas no que se refere diretamente à assistência social e à saúde, mas a medidas

educativas, por exemplo, que contribuam para a desconstrução deste contexto discriminatório.

Desta forma, sugere-se que sejam feitas pesquisas que busquem aprofundar tais questões, visto que a interseccionalidade pode ser usada como ferramenta analítica e trazer outras possibilidades de compreensão dos complexos fatores que envolvem mulheres em situação de rua e que fazem uso de álcool e outras drogas.

Ressalta-se também a necessidade de que sejam propostos espaços de interlocução que possibilitem que mulheres em situação de rua assumam o protagonismo da própria vida, pelo fortalecimento de sua autonomia e pelo fomento de reflexões sobre equidade de gênero. A intervenção de profissionais na implementação efetiva de políticas públicas deve partir de um posicionamento crítico, que vai além do âmbito privado ou subjetivo, e que considere uma visão mais ampla do sujeito e de sua relação com o

contexto social, se interessando pelos processos coletivos, pela interação do indivíduo com o espaço público e pelos desafios de se lidar com a diversidade. Isso só faz sentido quando se compreende que a atuação com políticas públicas

deve articular conhecimentos teóricos e práticos, se comprometer socialmente e estabelecer ações e intervenções que visem à promoção de mudanças que conduzam a uma maior equidade social.

Referências

Biscotto, P. R., Jesus M. C. P., Silva M. H., Oliveira D. M., Merighi M. A. B. (2016). Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *Rev Enferm USP*, 50(5), 749-755. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000600006>

Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Coldibeli, L. P., Paiva, F. S., & Batista, C. B. (2021). Gênero, pobreza e saúde: revisão sistemática sobre a saúde de mulheres em situação de rua. *Textos e Contextos*, 20(1), 1-14. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.38015>

Cortina, M. O. C. (2015). Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 761-778. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p761>

Costa, P. H. A. (2014). Mapeamento da rede de atenção aos usuários de drogas: um estudo exploratório (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Cunha, J. G., Garcia, A., Silva, T. H., & Pinho, R. C. (2017). Novos arranjos: lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais de pessoas em situação de rua. *Gerais Rev. Interinst. Psicol.* 10(1), 95-108. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/10.pdf>

Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2021). Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 15, e30064, 1-27. DOI: 10.34019/1982-1247.2021.v15.30064

Esmeraldo Filho, C. E., Ximenes, V. M., Câmara, A. E., Xavier, N. F., Dantas, C. M. B., & Araújo, T. D. (2021). Pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática da produção científica no Brasil. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(spe), 1-22. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16979>

Fernandes, F. M. B., & Moreira, M. R. (2013). Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 23 (2), 511-529. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/physis/a/xPxyWfg-pxy9Dq6kgq6knnRc/?format=pdf&lang=pt>

Ferreira, J. L., & Soares, C. T. (2020). O olhar de gênero sobre as violências sofridas por mulheres em situação de rua. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio – História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica, 1-10.

Gehlen, I., Schuch, P., Virginio, A., Pimenta, M. M., & Meirelles, M. (2017). Dinâmicas, estratégias e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre. In P. Schuch, I. Gehlen, & R. Santos (Orgs.). *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências* (pp. 17-44). Porto Alegre: Cirkula.

Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (4a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes, & R. Gomes, *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis, RJ: Vozes.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: Autor. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>

Jalil, E., Bastos, F. I., & Bertoni, N. (2014). Perfil das mulheres usuárias de crack e/ou similares: Resultados do inquérito nacional. In F. I. Bastos & N. Bertoni (Orgs.), *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.

Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

Lopes, R. E., Borba, P. L. O., & Reis, T. A. M. (2003). Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 2(1), 39-52. Recuperado de <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/204/159>

Marchi, J. A., Carreira, L., & Salci, M. A. (2013). Uma casa sem teto: influência da família na vida das pessoas em situação de rua. *Cienc Cuid Saúde*, 12(4), 640-647. DOI: 10.4025/cienccuidsaude.v12i4.22554

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). Rua: Aprendendo a Contar – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social.

Melloto, P. (2009). Trajetórias e usos de crack: estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo – RS (Dissertação de Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Mendes, K. T., Ronzani, T. M., & Paiva, F. S. (2019). População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. *Psicologia & Sociedade*, 31, e169056, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>

Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes, & R. Gomes, *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis, RJ: Vozes.

Monnerat, G. L., & Gama, A. S. (2018). Desafios atuais à institucionalização da política de assistência social como política pública. In XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Anais do ENPESS. Vitória: Autor. Recuperado de <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23464>

Moura, Júnior, J. F., Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 76-83. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051>

Natalino, M. (2020). Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: Ipea. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf

Nonato, D. N., & Raiol, R. W. G. (2016). Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, 2(2), 81-101. DOI: 10.21902

Pimenta, M. M. (2019). Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas*, 19(1), 82-104. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>

Pinheiro, Z. A. C., & Possas, L. M. V. (2018). Centro pop: quando uma política pública incomoda. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, 4(1), 35-54. <http://doi.org/10.33027/2447-780X.2018.v4.n1.04.p35>

Pizzio, A. (2009). Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. *Revista mal-estar e subjetividade*, 9(1), 209-232.

Raup, L., & Adorno, R. (2011). Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, (4), 52-67. <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n4p%25p>

Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

Rodrigues, J. S., Lima, A. F., & Holanda, R. B. (2018). Identidade, drogas e saúde mental: Narrativas de pessoas em situação de rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 424-436. <https://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>

Rosa, A. S., & Bretas, A. C. P. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 275-285. DOI: 10.1590/1807-57622014.0221

Rosenthal, G. (2020). História de vida vivenciada e história de vida narrada. *Civitas*, 14(2), 227-249. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17116>

Rossi, C. C. S., & Tussi, A. M. (2020). Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, 32, e170161, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i170161>

Saadallah, M. M. (2007). A psicologia frente às políticas públicas. In C. Mayorga, M. A. Prado, & M. A. Maximo (Orgs.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Sanchotene, I. P., Antoni, C., & Munhós, A. A. R. (2019). Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua. *Textos & Contextos*, 18(1), 146-160. <http://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.1.29297>

Scott, J. W. (2016). Uma categoria útil para análise histórica. *Cadernos de Historia UFPE*, 11(11), 9-39. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975/21914>

Silva, M. O. S. (2018). A Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): processo de construção e de desmonte. In XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. *Anais do EN-PESS*. Vitória: Autor. Recuperado de <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22060>

Silva, A. B., Olschowsky, A., Wetzels, C., Silva, T. J., & Pavani, F. M. (2020). Desvelando a cultura, o estigma e a droga enquanto estilo de vida na vivência de pessoas em situação de rua. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 25(10), 713-721. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.36212018>

Silva, M. L. B., Boulsfield, A. B. S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Fiorott, J. G. (2020). Representações sociais de pessoas em situação de rua: uma revisão integrativa. *Psic. Rev.*, 29(2), 448-470. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i2p448-470>

Spadoni, L., Júnior, C. P. M., Barroso, L. H. M., Boni, A. L., Faria, M. R. G. V. & Souza, S. M. B. (2017). Perfil de drogadição e práticas sociais entre moradores de rua. *Psicologia e Saber Social*, 6(1), 113-128, 2017. DOI: 10.12957/psi.saber.soc.2017.3067.

Souza, M. R. R., Oliveira, J. F., Chagas, M. C. G., & Carvalho, E. S. S. (2016). Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(3):e59876, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.59876>

Vallim, D. C., Zaluar, A., & Sampaio, C. (2015). Uma etnografia das cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários. In M. Teixeira & Z. Fonseca (Orgs.). *Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas* (pp. 1-21). São Paulo: Hucitec..

Recebido em: 23/08/2022

Aprovado em: 30/11/2023